



Reforma Tributária não agrada SC

A reforma tributária, aprovada pela Câmara Federal na última semana, deverá ser votada pelo Senado ainda este ano, de acordo com o presidente da Casa Rodrigo Pacheco. Ele também anunciou ontem que o senador Eduardo Braga (MDB) será o relator da reforma tributária e que não há possibilidade de a proposta ser votada em partes, para acelerar a tramitação.

O governador Jorginho Mello (PL) já se posicionou sobre o assunto e foi enfático ao se declarar contrário à reforma aprovada na Câmara. Para ele, há pontos no texto que são absurdos e que podem prejudicar Santa Catarina, até porque nenhuma das cinco reivindicações propostas pelo governador foram atendidas completamente, como a necessidade de aumento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e a definição de critérios econômicos na divisão dos recursos.

Jorginho está preocupado com o todo de Santa Catarina, mas não é só ele. O maior medo da maioria dos

setores da economia é que esta unificação de impostos venha a acarretar em um aumento da carga tributária.

A presidente da OAB Santa Catarina, Cláudia Prudêncio, chegou a convocar líderes da advocacia na área tributária para debater e discutir sobre o atual projeto da Reforma Tributária, ela teme que a tributação dos escritórios de advocacia seja afetada.

Já o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo de Santa Catarina, Marcelo Fett, chegou a dizer que a reforma tributária é um enorme retrocesso para o setor de tecnologia e inovação. Segundo ele, a reforma aumenta em 189% o imposto para software, TI e Internet. As alíquotas médias pagas pelas empresas do setor atualmente de 5% (ISS) e 3,65% (PIS/COFINS), passará para uma alíquota de referência de 25% de IBS e CBS, nomes dos novos impostos previstos.

De fato, há diversos pontos a serem trabalhados e bem amarrados ainda neste projeto.

Aprovado, mas com polêmica

Sob forte manifestação no Plenário de representantes de estudantes e grupos com cartazes em defesa da Udesc e das universidades comunitárias, foram aprovados ontem, por maioria, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o Projeto de Lei e o Projeto de Lei Complementar que tratam do programa Universidade Gratuita.

Durante a sessão, a polêmica ficou por conta da emenda que exige o exame toxicológico aos estudantes contemplados

com as bolsas do governo. O deputado Marquito (PSOL) manifestou-se contrário ao projeto por conta desta exigência e foi acusado pelo deputado Jessé Lopes (PL), autor da emenda, de ser usuário de drogas.

Luciane Carminatti (PT) enfatizou as vitórias conquistadas com o projeto, mas saiu em defesa dos estudantes e deixou claro que eles não poderiam ser tratados como drogados. Matheus Cadorin (Nova) votou contra o projeto, como já era esperado.



FOTO: Vicente Schmitt/Agência AL

BRDE 1

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) oficializou, nesta terça-feira (11), o nome de Mauro Mariani como diretor da instituição. O ato foi realizado durante reunião geral da diretoria em Curitiba/PR, com a presença dos representantes dos três estados do Sul - Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Mariani assume a diretoria de Acompanhamento e Recuperação de Créditos do banco, em substituição a Marcelo Haendchen Dutra.

BRDE 2

O BRDE renovou uma importante parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) pelos próximos cinco anos. O convênio de cooperação técnica financeira na ordem de R\$3,6 milhões irá potencializar o acesso ao crédito dos pequenos negócios com a utilização de garantia complementar do FAMPE - O Fundo de Aval para Micro e Pequenas Empresas. Este recurso vai alavancar ainda R\$ 42 milhões destinados para ajudar os pequenos empreendedores.

Nova redução

Desde o dia 1 de julho, a tarifa do Gás Natural Veicular (GNV) em Santa Catarina teve nova redução. De acordo com as resoluções recém-aprovadas pela Agência de Regulação Pública do Estado (ARESC), o reajuste médio para o segmento veicular a partir de 01/07/2023, chegou a -14,5% (ou -5,7% considerando o término da vigência da Medida Provisória Nº 1.163/2023 que retomou a cobrança do PIS/COFINS de 9,25%). Em janeiro deste ano já houve redução tarifária do Gás Natural. De acordo com levantamento feito pela SCGÁS, com o novo reajuste, o percentual acumulado de redução na tarifa do GNV chegou a 16% em 2023.

Comseg

O Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar (Comseg-Escolar) definiu para a primeira quinzena de agosto a apresentação para os catarinenses do amplo projeto edificado e unificado para a implantação efetiva de uma política pública voltada para segurança escolar dos catarinenses. Também foi aprovado pelo grupo a missão internacional de uma comitiva multidisciplinar, a Medellín, na Colômbia, entre os dias 23 e 27 julho.

Contorno Viário

A novela do Contorno Viário da Grande Florianópolis ganha mais um capítulo. De acordo com um relatório apresentado na tarde de ontem pelo engenheiro Ricardo Saporiti, na Fiesc, a obra irá atrasar até seis meses, ou seja, sua entrega será, mais uma vez, adiada. Recentemente, a Arteris rompeu o contrato com a empresa responsável pela obra e uma nova ainda não foi definida. Lembrando que este novo atraso na entrega do Contorno Viário afeta economicamente Santa Catarina.